



UM NOVO MODELO
INSTITUCIONAL PARA A
FORMAÇÃO DE PROFESSORES
NA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO

António Nóvoa

Universidade Federal do Rio de Janeiro
1 de novembro de 2017

Este documento constitui o Relatório final da missão académica realizada por António Nóvoa junto do Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O documento é da exclusiva responsabilidade do autor. Porém, integra muitas ideias e propostas que resultam de debates e sessões de trabalho realizadas na UFRJ entre 1 de abril e 1 de novembro de 2017.

Quero aproveitar esta oportunidade para agradecer a todos os colegas, em especial àqueles que participaram no Grupo de Trabalho de acompanhamento, mas também a todos os responsáveis da UFRJ pelo convite que me dirigiram para realizar esta missão.

Sumário

	pág.
Resumo	4
Resolução do Conselho Nacional de Educação	5
1. Um diagnóstico duro e problemático	6
2. Uma ambição clara	10
3. Um modelo inovador de formação	13
4. A construção institucional do Complexo	16
5. Plano de ações a desenvolver	27
6. Apontamento final	29
7. Referências	30

Resumo

O Brasil tem um quadro legal que define o modo de organização da formação de professores, nomeadamente a existência de cursos de licenciatura com identidade própria.

Este documento toma como referência a legislação vigente, pois não é sua intenção discutir outras possibilidades ou modalidades de enquadramento legal da formação de professores.

O seu objetivo é propor um novo modelo institucional para a organização da formação de professores na UFRJ, que tem como base a afirmação de que a formação de professores é uma formação profissional universitária.

Em vez de uma mera aplicação técnica ou adaptação curricular aos normativos legais, parte-se de uma reflexão autónoma, formulada no interior do espaço universitário e na sua relação com a sociedade, para assim se construírem as soluções mais adequadas para a formação de professores.

O modelo institucional proposto neste documento é coerente com a orientação central do *Plano Diretor UFRJ 2020* que se organiza em torno da ideia de uma *Universidade integrada que se integra à cidade*.

O Complexo de Formação de Professores¹ assume-se como um **terceiro espaço**, isto é, um espaço que procura ultrapassar a fragmentação das licenciaturas atualmente existente dentro da UFRJ e, ao mesmo tempo, ligar a Universidade às escolas básicas do Rio de Janeiro.

O Complexo é um novo lugar institucional, interno e externo, que tem como objetivo promover uma política integrada de formação de professores, dando centralidade e visibilidade a este campo de atuação dentro da UFRJ.

Com esta iniciativa, a UFRJ assume a formação de professores como uma das suas principais prioridades estratégicas, cumprindo assim a sua responsabilidade pública de valorização da educação e da formação de professores, das escolas e da profissão docente.

Ao abraçar este projeto, integrando-o como prioridade do seu Plano de Desenvolvimento Institucional, a UFRJ quer afirmar-se como instituição de referência, nacional e internacional, no campo da formação de professores, abrindo caminhos para as outras instituições de ensino superior e para as políticas públicas de educação.

¹ A designação “Complexo” não é a melhor e tem suscitado algumas críticas. Porém, como não foi possível encontrar uma designação mais adequada, mantém-se neste documento.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO
RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015

Artigo 11. A formação inicial requer projeto com identidade própria de curso de licenciatura articulado ao bacharelado ou tecnológico, a outra(s) licenciatura(s) ou a cursos de formação pedagógica de docentes, garantindo:

- I - articulação com o contexto educacional, em suas dimensões sociais, culturais, econômicas e tecnológicas;
- II - efetiva articulação entre faculdades e centros de educação, institutos, departamentos e cursos de áreas específicas, além de fóruns de licenciatura;
- III - coordenação e colegiado próprios que formulem projeto pedagógico e se articulem com as unidades acadêmicas envolvidas e, no escopo do PDI e PPI, tomem decisões sobre a organização institucional e sobre as questões administrativas no âmbito de suas competências;
- IV - interação sistemática entre os sistemas, as instituições de educação superior e as instituições de educação básica, desenvolvendo projetos compartilhados;
- V - projeto formativo que assegure aos estudantes o domínio dos conteúdos específicos da área de atuação, fundamentos e metodologias, bem como das tecnologias;
- VI - organização institucional para a formação dos formadores, incluindo tempo e espaço na jornada de trabalho para as atividades coletivas e para o estudo e a investigação sobre o aprendizado dos professores em formação;
- VII - recursos pedagógicos como biblioteca, laboratórios, videoteca, entre outros, além de recursos de tecnologias da informação e da comunicação, com qualidade e quantidade, nas instituições de formação;
- VIII - atividades de criação e apropriação culturais junto aos formadores e futuros professores.

1. Um diagnóstico duro e problemático

O diagnóstico sobre a formação de professores no Brasil está feito, e há muito tempo. Para além de textos de alguns autores de referência, há relatórios oficiais, nomeadamente do INEP e do Conselho Nacional de Educação, que revelam de forma clara as fragilidades da formação de professores.

Estas fragilidades explicam, em parte, as dificuldades da educação básica, e da escola pública, que os indicadores nacionais e internacionais não cessam de revelar.

De acordo com os dados do INEP para o ano de 2015, quase metade dos 2,2 milhões de professores da educação básica não têm formação superior na área em que atuam.

Mas 77,5% têm nível superior completo (90% com licenciatura) e outros 6,5% estão agora a completar a sua formação superior.

Nesse mesmo ano, houve cerca de 1,5 milhões de matrículas nas licenciaturas, sendo que mais de dois terços dos concluintes obtiveram o diploma em instituições privadas. Estas matrículas correspondem a 18,4% do total dos alunos da graduação, o que revela bem a importância do campo da formação docente no conjunto do sistema de ensino superior brasileiro.

Reconhecidamente, há uma questão quantitativa, mas os números não são tão preocupantes como poderiam parecer à primeira vista. O problema parece estar, acima de tudo, na qualidade e na pertinência da formação que é dada aos futuros professores.

É possível que esteja a haver um desperdício de recursos e de investimentos pessoais em cursos que, na verdade, acabam por dar uma formação muito deficiente aos professores.

Claro que o problema não é apenas com a formação ou a qualificação dos docentes, mas com o conjunto das situações e políticas que envolvem os professores, desde as questões salariais até ao desprestígio social da profissão, passando pelas difíceis condições de trabalho nas escolas.

Nesse sentido, é preciso cuidado para não olhar para a formação de professores como uma espécie de “salvação” da escola. Projetar expectativas excessivas sobre os professores e a sua formação acaba sempre, mais cedo ou mais tarde, por “culpabilizar” os professores por malogros ou insucessos que têm razões bem mais amplas.

Mas este documento tem como objetivo propor medidas concretas a tomar pela UFRJ no campo da formação de professores e, por isso, é este o ponto de vista que

aqui será posto em destaque. Não por ser mais importante do que muitas outras políticas, mas por ser aqui que uma universidade pública pode exercer plenamente a sua responsabilidade.

As universidades públicas

Com honrosas exceções, as universidades públicas têm revelado uma estranha “indiferença” perante o quadro de degradação da escola, da profissão e da formação de professores. É certo que há, nos planos estratégicos de muitas universidades públicas, declarações de compromisso com a sociedade. Mas é difícil encontrar exemplos concretos, coerentes, do modo como este compromisso se concretiza na área da educação e da formação de professores.

Não está em causa a qualidade do trabalho realizado em muitos programas de Educação, nomeadamente na pós-graduação, por vezes de excelente nível académico, mas o compromisso concreto do conjunto da universidade com a formação docente.

São muitos os sinais que ilustram a desvalorização e desprestígio da formação de professores no contexto universitário, desde a fragmentação dos cursos até a práticas de “menosprezo” pelas licenciaturas, que se manifestam num afastamento deste campo de muitos pesquisadores e professores de referência e, por vezes, na tentativa de convencer os estudantes a optarem por “cursos melhores”.

Frequentemente, os cursos de licenciatura são lecionados nas piores instalações e em horários noturnos. Os alunos vivem o seu percurso académico de forma desvalorizada, desde a entrada na licenciatura, muitas vezes uma segunda escolha, até ao modo como frequentam os cursos, conduzindo também a elevadas taxas de evasão e desistência.

O perfil social e cultural dos alunos explica uma parte destas situações, mas não pode ser desculpa para uma “indiferença” generalizada das universidades públicas em relação aos cursos de licenciatura.

O mapa das licenciaturas acaba por reproduzir um mapa da discriminação, com consequências graves na qualidade da educação básica e, por isso mesmo, nas possibilidades de desenvolvimento do Brasil.

**É tempo de a UFRJ assumir as suas responsabilidades
neste campo, construindo um pacto de toda a
comunidade académica em torno da formação docente.**

A UFRJ

Apesar de inúmeras iniciativas de qualidade (na graduação, pós-graduação e extensão), no seu todo a UFRJ não é reconhecida, nem interna nem externamente, pelo seu trabalho na formação de professores.

Apesar de não haver estatísticas consolidadas, é possível afirmar que, nos últimos anos, tem vindo a diminuir, consideravelmente, o número de estudantes e de concluintes nas licenciaturas.

Num momento crítico do Brasil, no qual se espera um aprofundamento do compromisso da universidade com a escola pública e, em particular, com a formação de professores, a UFRJ parece estar a abrandar o seu esforço neste campo, o que não pode deixar de merecer reflexão.

É certo que têm vindo a desenvolver-se programas de grande qualidade, por exemplo nos mestrados profissionais, mas também em iniciativas como o PNAIC ou o PIBID. Por outro lado, **é possível estimar em cerca de 20% os estudantes das licenciaturas** o que, apesar de tudo, é um valor bastante significativo e que deveria merecer uma maior atenção da comunidade académica da UFRJ.

Mas há um reconhecimento alargado de que seria possível a UFRJ fazer muito mais e muito melhor. Hoje, é incontestável o papel das universidades na promoção da educação básica e do desenvolvimento. Espera-se da UFRJ, a mais importante universidade da América do Sul, um discurso e uma prática de compromisso com a educação, nomeadamente no domínio que está mais imediatamente ao seu alcance, a formação de professores.

Mas este compromisso parece limitado. Basta percorrer o *Plano Diretor UFRJ 2020* para nos apercebermos da quase inexistência de referências à educação básica e à formação de professores. *A contrario*, e bem, as questões da ciência e da tecnologia, ao serviço do desenvolvimento económico e social do país, encontram aqui lugar de destaque.

“Em diferentes contextos, processos virtuosos de inovação e desenvolvimento local e regional têm estado associados a universidades com expressiva capacidade de pesquisa e difusão. (...). Na era do conhecimento, o poder público e, especialmente, a Universidade Pública têm um importante papel a cumprir no desenvolvimento económico nacional e regional.”

Idêntica observação se pode fazer quando se percorre a página institucional da UFRJ, na internet. A formação de professores, fragmentada numa diversidade de licenciaturas, programas de pós-graduação e atividades de extensão, é praticamente invisível no seu principal instrumento de apresentação pública. Esta “invisibilidade”

não é fruto do acaso e traduz uma desarticulação da Universidade em relação a esta missão.

Inversamente, e muito bem, as áreas científicas e tecnológicas têm uma presença e um discurso público de afirmação e de orgulho pelo papel que a UFRJ cumpre no desenvolvimento do país. É o caso, por exemplo, da Coppe e do Parque Tecnológico:

“A Coppe é um centro produtor e irradiador de conhecimento, profissionais qualificados e métodos de ensino. (...). Sintonizada com o futuro, foi pioneira na aproximação da academia com a sociedade, transformando conhecimento em riqueza para o país. (...) A Coppe se tornou referência nacional e internacional no ensino e pesquisa de engenharia e vem ajudando o Brasil a enfrentar alguns dos mais recentes desafios de sua história recente”.

**É preciso construir, para a formação de professores,
discursos e políticas de responsabilidade social
semelhantes àqueles que a UFRJ vem assumindo para a
ciência e a inovação tecnológica.**

Para isso, é preciso superar desconfianças entre áreas científicas e profissionais e mobilizar o conjunto da comunidade acadêmica para um projeto de grande relevância para a UFRJ e para o país.

A UFRJ tem todas as condições para se assumir como uma universidade de referência no campo da formação de professores, cumprindo assim uma missão que honra o seu patrimônio histórico e que deixará uma marca nas políticas universitárias de compromisso com a valorização da profissão docente e da escola pública.

2. Uma ambição clara

O projeto do Complexo de Formação de Professores assenta numa ambição clara: construir um novo lugar institucional, interno e externo, que promova *uma política integrada de formação de professores, integrando a Universidade na cidade*.

Para que esta ambição se cumpra é necessário que a UFRJ assuma a formação de professores como uma das suas prioridades estratégicas, mobilizando as energias da sua comunidade académica (responsáveis, cientistas, professores, educadores) e os necessários recursos logísticos, financeiros e humanos.

A UFRJ tem todas as condições para ser uma instituição de referência no campo da formação de professores: em sua história, e no presente, tem desenvolvido importantes iniciativas de formação permanente de professores, em todas as áreas; produziu grande número de dissertações e teses sobre o tema; participou de programas diversos desenvolvidos pela CAPES e outros órgãos de fomento; realizou milhares de iniciativas de extensão. Desses esforços surgiram programas de pós-graduação voltados para o tema. *Mas todas estas ações, em si meritórias, não chegaram a imprimir uma identidade de formação “UFRJ”.*

Por isso, não basta apenas melhorar o que vem sendo feito. Não basta apenas uma melhor articulação ou a existência de fóruns de discussão ou mesmo a construção de formas de coordenação.

*É necessário um novo arranjo institucional,
um lugar institucional dentro da UFRJ
que se ocupe da formação de professores.
Esse lugar é o Complexo de Formação de Professores.*

Trata-se de fazer emergir, instituir, não apenas um espaço de diálogo, mas principalmente um espaço de decisão institucional. Isso implica uma vontade política suficientemente forte para induzir mudanças de lógicas e de mecanismos institucionais que favoreçam a reconfiguração dos desenhos de formação inicial docente de professores da educação básica atualmente existentes.

O Complexo é um lugar político, de trabalho interno e externo, de discussão e de formulação de políticas universitárias de formação docente. É um lugar de decisão sobre as licenciaturas.

Se o Complexo não for dotado de uma direção e de uma capacidade de decisão autônoma, há um grande risco de o projeto se ir desgastando em inúmeras interações e resistências, em inércias e numa dificuldade de construir uma ação sistemática e coerente.

Uma das mais importantes evoluções das universidades é a criação destes “terceiros espaços”, nas mais diversas áreas, ligando as universidades à sociedade e às cidades, seja na saúde, na tecnologia, no direito ou na educação.

À imagem do Parque Tecnológico, poderíamos dizer que o Complexo deve ser uma espécie de Parque Educacional, que junta a UFRJ a uma rede de escolas municipais, estaduais e federais que se assumam como *escolas formadoras*.

Trata-se construir uma relação sistemática e duradoura entre a Universidade e uma rede de escolas, o que obriga, desde o início, a um trabalho político e de organização que assegure:

- por um lado, a estabilidade e continuidade do Complexo de Formação de Professores por um tempo longo, não perturbado pelos naturais ciclos políticos e institucionais;
- por outro lado, uma “autonomia decisória” no interior do Complexo, de tal forma que as instâncias universitárias e as escolas básicas (direções e professores) envolvidas no projeto tenham capacidade de decisão sobre um conjunto alargado de matérias, sem prejuízo, naturalmente, do seu dever de prestação de contas às hierarquias respetivas.

As escolas têm de aderir ao projeto, com o apoio das autoridades públicas, e têm de ser dotadas de condições que lhes permitam assumir, por inteiro, a participação neste projeto.

Se não houver um ambiente escolar e profissional fértil e fecundo não será possível formar os professores que a sociedade brasileira precisa para o século XXI.

Esta é a missão mais importante do Complexo: ligar em rede a universidade e as escolas, permitindo que os estudantes das licenciaturas tenham uma relação com a profissão desde o primeiro dia.

A construção das parcerias em torno do Complexo permitirá, ainda, pôr em prática experiências de indução profissional, apoiando os licenciados nos primeiros anos de vida como professores.

Uma das atividades mais importantes do Complexo é a definição de percursos de integração na profissão, nomeadamente nos três primeiros anos de vida docente, ajudando a construir novas políticas de transição entre a formação e a profissão.

Uma nova concepção da formação inicial deve, assim, dar origem a novas políticas de inserção na vida profissional (residência docente) e a um novo desenho da formação continuada dos professores, fortemente assente nas escolas e numa reflexão coletiva sobre o trabalho pedagógico.

Se conseguir concretizar esta ambição, a UFRJ definirá uma nova forma de pensar e de praticar a formação de professores que, certamente, terá grande impacto nas políticas e nas instituições que têm responsabilidade nesta área.

O que se espera de uma universidade com a centralidade e o prestígio da UFRJ é, justamente, que, através do seu exemplo, contribua para estabelecer padrões de referência para as políticas públicas e para o conjunto do sistema de ensino superior.

3. Um modelo inovador de formação

A proposta que se apresenta constitui um modelo inovador na área da formação de professores, que tem referência em estudos e experiências internacionais, mas define características próprias em função do quadro legal existente no Brasil e da realidade concreta da UFRJ e do Rio de Janeiro.

Há duas perguntas prévias, que podem parecer despiciendas, mas infelizmente não são, e que constituem o ponto de partida de toda a reflexão.

Primeira pergunta:

Ser professor é uma profissão?

Sim ou não?

Segunda pergunta:

E uma profissão baseada num conhecimento específico?

Sim ou não?

Todo este documento está construído a partir de uma resposta positiva a estas duas perguntas. Para quem responder negativamente, a reflexão aqui desenvolvida não faz qualquer sentido.

Ora, é preciso reconhecer que, de maneiras distintas, e com argumentos diferentes, muitas pessoas consideram que *ser professor não é uma profissão*.

Muitos entendem que é uma atividade ou uma ocupação, não uma profissão, que se realiza na sequência de um conhecimento prévio de alguma matéria. Assim, o mais relevante é o conhecimento aprofundado de uma dada matéria (Matemática, Filosofia, etc.), residindo tudo o resto numa certa habilidade ou inclinação da pessoa para explicar os assuntos e para se relacionar com os alunos.

Outros, sobretudo quando se trata de crianças mais pequenas, entendem que o mais importante é um certo jeito ou vocação para o ensino, uma grande dedicação às crianças e uma atitude pedagógica que nasce com a pessoa ou se desenvolve naturalmente no decurso da própria atividade docente.

Em todos estes casos, recusa-se a ideia de que ser professor é uma profissão e, assim sendo, não faz qualquer sentido falar de uma **formação profissional docente**. Podemos falar de uma preparação das pessoas ou de uma certa sensibilização à função docente, mas não da formação para uma profissão.

Passando à segunda pergunta, há quem considere os professores uma profissão, *não reconhecendo, no entanto, que ela se baseia num conhecimento profissional específico.*

Alguns, entendem que tudo se resume ao conhecimento das áreas disciplinares a serem lecionadas na educação básica. Outros, sublinham a importância da pedagogia e das suas técnicas e métodos. Mas, com argumentações diferentes, que, aliás, fecham a formação de professores numa interminável disputa entre os “conhecimentos disciplinares” e os “conhecimentos pedagógicos”, desvaloriza-se a existência de um conhecimento específico, **o conhecimento profissional docente.**

Era como se fosse possível formar um médico apenas através do conhecimento da biologia, da química, da anatomia ou da farmacologia, sem dar centralidade ao conhecimento clínico, ao conhecimento que está na profissão e que apenas se adquire através de um diálogo com a comunidade médica e de uma análise conjunta das práticas profissionais.

Estas controvérsias atravessam modos muitos distintos de pensar a educação, a ciência e a formação de professores, mas encontram-se, objetivamente, na desvalorização do conhecimento profissional docente, remetido para lugar secundário no currículo e no percurso de formação dos licenciandos.

Importa, por isso, dizer com clareza que a lógica do ensino (que disciplinas devem conter os cursos de licenciatura, sejam mais de “conteúdo” ou mais de “pedagogia”?) deve evoluir e conter também uma lógica de formação (como é que se constrói um percurso de formação profissional de um professor?).

Uma política integrada e coerente de formação de professores

A construção de uma política integrada e coerente de formação de professores assenta em quatro bases principais:²

1.ª A formação de professores é uma formação profissional universitária.

A formação de professores deve ser pensada como uma formação profissional de nível superior, isto é, uma formação para uma profissão. Não se trata de preparar alguém, numa determinada área (História, Matemática, Pedagogia, etc.) que, depois, se tornará professor. Trata-se de formar pessoas que, desde o início do seu percurso universitário, optaram pela carreira do magistério. Neste sentido, a analogia óbvia é que com outras formações profissionais universitárias, como os médicos ou os engenheiros.

² Para além de muitos outros autores, as bases sobre a formação de professores contidas neste documento assentam nos trabalhos de Lee Shulman, Philippe Meirieu e Kenneth Zeichner.

2.^a A formação de professores necessita de um lugar institucional de referência.

Como para as restantes formações profissionais, também a formação de professores necessita de um lugar institucional, dentro da Universidade. Num quadro de fragmentação das licenciaturas, como aquele que atualmente existe, é difícil, ou mesmo impossível, construir um percurso coerente de formação. Neste sentido, sublinha-se a importância desta institucionalidade, em vez de meras adaptações dos currículos ou dos programas no interior de cada uma das licenciaturas.

3.^a O lugar da formação de professores é entre a Universidade e a cidade.

A formação de professores necessita de um “lugar interno” de coordenação, decisão e concretização. Mas este lugar tem uma dimensão interna e uma dimensão externa, de ligação com as escolas das redes. Hoje, para formar um médico, precisamos de hospitais modernos, de referência, com boas condições, humanas e tecnológicas. O que é verdade para os médicos é verdade também para os professores. Para formar um professor é fundamental haver uma presença e uma vivência em escolas de referência. A chave para a mudança da formação de professores está na criação de um ambiente escolar estimulante e inovador, o que só será possível através de uma ligação forte entre a Universidade e as redes escolares.

4.^a A formação de professores deve ser pensada no ciclo do desenvolvimento profissional: formação inicial, indução profissional, formação continuada.

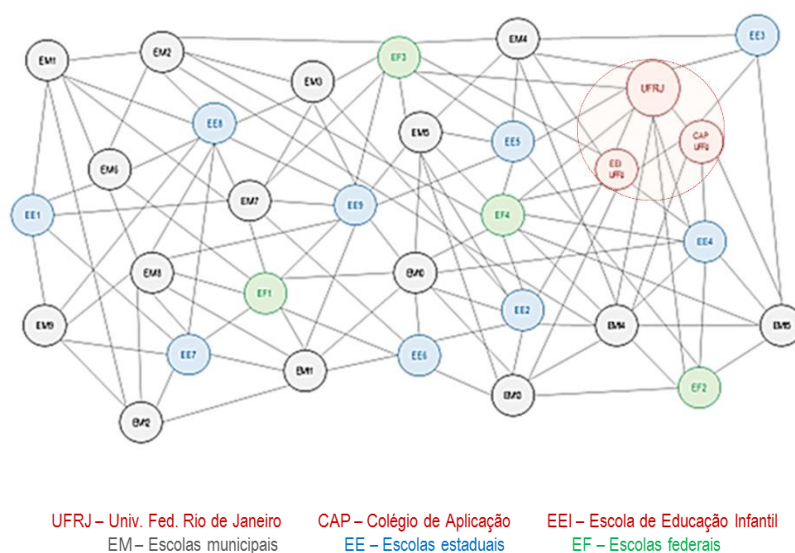
A responsabilidade primeira da Universidade é com as licenciaturas (formação inicial dos professores). Porém, não é possível conceber a formação para uma profissão sem, ao mesmo tempo, pensar o período de integração profissional, nomeadamente através de programas de residência docente, e o período de exercício profissional com programas de formação continuada.

4. A construção institucional do Complexo

O elemento decisivo para o sucesso do projeto aqui apresentado consiste na construção de um *Parque Educacional* ou de um *Complexo Educacional*, se quisermos recorrer a uma analogia com o Parque Tecnológico ou com o Complexo Hospitalar.

Se não houver um ambiente educacional fértil e fecundo, no interior do qual se possam construir novas dinâmicas de formação, será impossível renovar as licenciaturas, bem como construir novos programas de indução profissional e de formação continuada.

O ponto fundamental é, pois, a edificação deste *Parque* ou *Complexo*, juntando a UFRJ com um conjunto de escolas municipais, estaduais e federais.



Há dois argumentos contra a ideia que temos vindo a defender, de sentido contrário, mas que é preciso desfazer.

O primeiro refere que as escolas têm más condições e que os professores exercem rotineiramente o seu trabalho, com práticas pedagógicas obsoletas, deduzindo daqui que não são bons lugares para formar os professores. A crítica faz sentido, mas não pode conduzir a fechar a formação de professores nas universidades, supostamente mais “avançadas” e “inovadoras”, pois, sabemos bem, que sem ligação ao mundo escolar não é possível uma formação profissional consistente. A crítica deve, isso sim, conduzir-nos à criação de um campo educacional conjunto no qual haja uma fertilização mútua entre as escolas e a universidade, construindo um ambiente fecundo para a formação.

O segundo argumento refere que as universidades estão desfasadas da realidade concreta das escolas e que, por isso mesmo, não conseguem formar os profissionais necessários, deduzindo-se daqui que tudo deve acontecer na “prática” ou no “chão da escola”. A observação faz sentido, mas seria absurdo pensar que a prática, por si só, pode formar um profissional docente. Estaríamos perante o regresso a formas de aprendizagem de um ofício, através do simples contacto com artesãos mais experientes, o que constituiria um retrocesso na profissionalização dos professores. A resposta está sempre no entrelaçamento entre as escolas e a universidade, entre os professores da educação básica e da universidade, para, em conjunto, construírem os processos de formação dos mais jovens.

A chave para a mudança na formação de professores está na constituição deste Parque ou Complexo, que constitua um ambiente propício à formação dos futuros profissionais docentes, no interior do qual se realize um trabalho conjunto, *em comum*, entre a universidade e algumas escolas municipais, estaduais e federais.

A configuração deste ambiente implica o reconhecimento da importância dos papéis singulares desempenhados pelos diferentes atores (unidades, sujeitos) internos à comunidade académica e a ampliação desse campo de articulações envolvendo atores externos a essa mesma comunidade.

A ideia de um *terceiro espaço* implica operar com a ideia de diferenciação e convergência de papéis, ou contribuições, combatendo a crença, bastante difundida na cultura académica, da existência de uma hierarquização do sistema de saberes que legitima uns em detrimento de outros, reforçando as relações assimétricas de poder.

O que faz deste espaço uma “casa comum” é o entendimento de que essas contribuições – singulares e diferenciadas, e não hierarquizadas – só têm sentido quando pensadas *em comum*, quando compartilhadas horizontalmente entre todos envolvidos.

A construção “externa” do Complexo

A construção “externa” do Complexo implica a existência de uma vontade conjunta da UFRJ e das entidades públicas (municipais, estaduais e federais). A participação do Município e do Estado, através das suas secretarias municipais de educação, é decisiva. Só com uma ligação forte entre todas estas entidades será possível avançar com as propostas contidas neste documento.

Como é evidente, estamos perante instituições e entidades com estatutos e missões diferentes. Porém, a sua mobilização conjunta é fundamental para o êxito do projeto.

A direção do Complexo deve ser assumida,
conjuntamente, por representantes da UFRJ e das escolas
municipais, estaduais e federais.
Através de uma delegação de competências das entidades
envolvidas, o Complexo deve ter *autonomia* para as
decisões relacionadas com a formação de professores, em
tudo o que se relacione com a relação entre a
universidade e as escolas.

No seio desta nova realidade, deve haver uma participação de todos os profissionais, reconhecendo a diferença dos estatutos e dos papéis, mas assumindo uma igual dignidade de presença e de decisão.

Trata-se de constituir uma **comunidade de formação**, na qual, coletivamente, se definem espaços de experimentação pedagógica e de novas práticas, constituindo assim um ambiente propício à formação docente.

Do lado da UFRJ, é importante que haja uma grande abertura, no diálogo com as escolas e os professores, induzindo oportunidades de formação e de desenvolvimento profissional, por exemplo através de mestrados e pós-graduações, mas reconhecendo também o papel relevante que os professores da educação básica podem desempenhar nos próprios cursos dentro da universidade.

Aos professores da educação básica que participem no Complexo deve ser concedido um estatuto de professores agregados à UFRJ (com esta ou com outra designação), bem como o acesso às instalações, equipamento e outras facilidades da universidade. As escolas devem assumir-se como produtoras de conhecimento, e não apenas como “lugares de aplicação”.

Do lado das redes municipal e estadual, é importante que haja uma decisão clara no sentido de conceder às escolas que participam no Complexo uma grande autonomia, que passa pela possibilidade de novos modelos de organização pedagógica, de flexibilidade na definição dos horários e atribuição do trabalho.

O Complexo só faz sentido se todas as escolas que nele venham a participar se assumirem como **escolas formadoras**, isto é, definindo a sua missão tendo como referência a sua capacidade de formação, tanto no acolhimento dos estudantes das licenciaturas como na formação continuada dos seus próprios profissionais.

O mesmo se diga em relação às escolas federais que se queiram associar a este projeto.

Num primeiro momento, o ponto nevrálgico do projeto do Complexo é a organização das 800 horas de prática de ensino previstas no quadro legal das licenciaturas (400 horas de prática de ensino e 400 horas de estágio supervisionado).

Porém, não se trata apenas de organizar melhor estas práticas e este estágio. O projeto é muito mais ambicioso e procura, por um lado, criar uma dinâmica de mudança e de inovação nas escolas e, por outro lado, permitir que, com base numa outra concepção destas práticas, se reorganize o conjunto da formação nas licenciaturas.

Num segundo momento, espera-se que o ambiente criado permita o desenvolvimento de programas de indução profissional (residência docente) e novas formas de organização da formação continuada.

Um aspeto central para o sucesso do projeto é a escolha das escolas que vão fazer parte do Complexo educacional. Esta escolha deve ser objeto de uma análise conjunta entre a UFRJ e as secretarias de educação do Município e do Estado, sem nunca esquecer o envolvimento e a adesão dos diretores e dos professores das escolas.

Esta escolha deve ter critérios geográficos e políticos, bem como um histórico de relações e de participação nos estágios. Porém, o mais importante é a vontade de participação neste projeto, por parte de diretores e de professores, pois nada se fará sem a livre associação de entidades e profissionais mobilizados em torno de um novo projeto de formação profissional docente.

O mais importante é a constituição de um *espaço comum*, no qual a formação esteja ligada com o trabalho pedagógico, a reflexão, a pesquisa, a escrita e a ação pública.

A construção “interna” do Complexo

Se a construção “externa” do Complexo tem importantes dimensões sociais e de políticas públicas, a sua construção “interna” tem implicações nas formas de organização da UFRJ. Implica uma grande abertura das diversas pessoas, Institutos e Faculdades, com um sentido de participação num projeto ambicioso para a UFRJ e para o Brasil.

É fundamental ultrapassar desconfianças antigas e, sobretudo, sublinhar que nada se fará sem a valorização de todas as presenças e contributos, de todos aqueles que, nos seus Institutos e Faculdades, têm contribuído para as licenciaturas.

O Complexo não pode ser uma disputa interna de poder, mas a participação de todos num projeto de grande envergadura. Certamente que a Educação, como qualquer outra área científica, tem os seus conhecimentos próprios, que devem ser valorizados. **Mas a formação de professores é um tema transversal a todas as áreas e ao conjunto da Universidade.**

O Complexo é a estratégia escolhida pela UFRJ para valorizar e promover as licenciaturas, cumprindo assim a sua responsabilidade pública perante a escola e os professores.

Todo o projeto se baseia na mobilização do conjunto da comunidade académica, procurando dar visibilidade e projeção, interna e externa, à *formação profissional* dos professores.

Nesse sentido, o Complexo tem de ser um lugar forte na estrutura da UFRJ, juntando todas as pessoas que, de um ou de outro modo, participam em atividades relacionadas com a formação de professores.

As licenciaturas devem ser o elemento estruturante, mas o Complexo deve preocupar-se também com a formação continuada, os mestrados profissionais, os mestrados académicos, os doutorados, os cursos de aperfeiçoamento e especialização, as atividades de extensão, o trabalho de divulgação científica e cultural nas escolas, etc.

É importante que as boas dinâmicas atualmente existentes (seja na formação inicial ou na pós-graduação, nomeadamente nos mestrados profissionais, seja no Colégio de Aplicação e na Escola de Educação Infantil, seja em atividades de extensão e de divulgação científica) se sintam ainda mais apoiadas e não se sintam, de nenhum modo, diminuídas com este projeto.

O Complexo deve ser um lugar de articulação interna, de encontro, de coordenação e de diálogo.

Neste sentido, deve aprofundar o trabalho realizado no Fórum das Licenciaturas, dando-lhe maior consistência, densidade e permanência.

O Complexo não pode ser, apenas, um lugar de discussão e deve ser, também, um lugar de decisão.

Neste sentido, deve haver uma reorganização da UFRJ, concedendo ao Complexo competências de decisão em matéria de formação de professores.

O Complexo não tem de ser um “espaço físico”, mas deve ser um “espaço institucional” dotado de autonomia de ação no âmbito da formação de professores.

Neste sentido, deve possuir recursos humanos e financeiros próprios e ser dotado de poderes de representação interna (nos órgãos da universidade) e externos.

O Complexo não se destina a substituir as unidades responsáveis pelas licenciaturas, mas a permitir uma melhor articulação dos seus esforços, sobretudo no que diz respeito à ligação com as escolas de educação básica.

Neste sentido, todas as unidades que têm cursos de licenciatura e de educação básica devem estar representadas no Complexo.

Tentando explicar melhor a missão do Complexo e as suas formas de organização, é importante retomar o quadro legal das licenciaturas, sobretudo no que diz respeito à repartição das cargas horárias.

Independentemente das dúvidas sobre a pertinência de algumas das normas previstas nas diretrizes curriculares, é evidente que um projeto universitário não pode deixar de as levar em consideração, ainda que adaptando-as da forma mais adequada.

Quando se analisa a Resolução n.º 2, de 1º de julho de 2015, do Conselho Nacional de Educação, no que se refere aos **Cursos de Licenciatura** (excetuando a Pedagogia, uma vez que, neste caso, não há separação entre os dois primeiros blocos, “áreas especializadas” e “dimensões pedagógicas”), verifica-se a existência de cinco grandes blocos:

Áreas especializadas 1560 horas (mínimo)
Dimensões pedagógicas 640 horas (mínimo)
Áreas de interesse dos estudantes 200 horas
Prática como componente curricular 400 horas
Estágio supervisionado 400 horas

A tendência mais fácil é pensar na maneira como se organizam as diferentes disciplinas no interior de cada um destes blocos. Dividem-se responsabilidades. Os Institutos, Escolas e Faculdades organizam as suas disciplinas, dentro das 1560 horas que lhe pertencem, cumprindo a sua missão. A Faculdade de Educação assume a responsabilidade pelas 640 horas das “dimensões pedagógicas”, organizando o melhor possível este bloco. Depois, há estruturas que se encarregam de coordenar os estágios, de acordo com as possibilidades da UFRJ e das escolas. Sempre que possível, os grupos responsáveis por estes diferentes blocos procuram formas de articulação que assegurem uma maior coerência dos cursos de licenciatura.

Esta forma de agir é normal e conduz, em vários casos, a um trabalho de muito interesse e qualidade, seja no interior de cada área, seja nas “disciplinas pedagógicas”, seja na gestão dos estágios. **Mas a formação profissional de um professor necessita de um processo bem mais integrado e orgânico.** É preciso reconhecer o que já se faz bem, mas dar condições para construir percursos e processos sistemáticos de formação profissional dos licenciandos.

Na verdade, não se trata de organizar bem as disciplinas da “área especializada”, mais as disciplinas das “dimensões pedagógicas”, mais outra coisa qualquer. Tudo pode estar muito bem organizado e ser muito bem lecionado. Daqui não resultará nunca uma boa formação profissional docente. Pode haver mais disciplinas de um bloco ou de outro bloco, mais “conteúdos específicos” ou mais “conteúdos pedagógicos”. Da junção de tudo isto não sairá formado um professor.

Impõe-se, por isso, mudar de perspectiva e pensar, de forma integrada, o conjunto destes tempos de estudo e de trabalho. É preciso construir um pensamento sobre a melhor forma de organizar e desenvolver um percurso de formação. Esta é a mudança decisiva que se espera promover com a criação do Complexo.

A questão não é haver mais ou menos disciplinas de um ou de outro bloco. A questão é a coerência de um determinado programa de formação.

O Complexo deve operar, prioritariamente, nos blocos das práticas (prática de ensino e estágio supervisionado), de tal forma que, a partir de uma nova concepção das “práticas de ensino”, seja possível ir introduzindo mudanças nos outros blocos de formação previstas nas Diretrizes Curriculares para as Licenciaturas.

O Complexo tem de ser um “lugar horizontal” e não um “lugar vertical”, paralelo aos Institutos e Faculdades que têm licenciaturas. O Complexo deve ser um lugar institucional responsável pela formação de professores, sem pôr em causa o trabalho próprio de cada licenciatura.

Todas as unidades com cursos de licenciatura têm de participar, com igual estatuto, nos trabalhos e nas decisões do Complexo.

No caso da Licenciatura em Pedagogia, é óbvio que a Faculdade de Educação tem, nos termos da lei, um papel mais preponderante. Mas, mesmo aqui, é fundamental promover a participação das outras unidades, nomeadamente no que diz respeito à Língua Portuguesa e à Matemática, às Ciências, às Artes e à Educação Física.

O reforço destas áreas, sobretudo da Língua (Alfabetização) e Matemática, é fundamental para promover a formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental. Ora, este reforço só se pode fazer através de uma colaboração mais intensa com a Faculdade de Letras e o Instituto de Matemática, em torno da construção de práticas pedagógicas coerentes e inovadoras nos tempos dedicados à prática e ao estágio.

No caso das outras licenciaturas é muito importante reforçar o conhecimento dos “conteúdos específicos”. Quando se olha para o quadro legal das licenciaturas, em comparação com os melhores programas internacionais, verifica-se que há um tempo razoável previsto para as “dimensões pedagógicas” (640 horas, um quinto da carga horária total) e para as “práticas” (800 horas, um quarto da carga horária total). Trata-se de um tempo adequado, se estes dois blocos forem corretamente lecionados e concebidos numa lógica integrada de formação profissional. Porém, parece haver um tempo insuficiente para os “conteúdos específicos” (1560 horas, menos de metade da carga horária total).

Esta situação, inscrita na lei, necessita de uma reflexão que permita à UFRJ encontrar os melhores caminhos para uma verdadeira formação profissional docente. Não se trata de acumular mais horas ou disciplinas, tendência que nada resolve, mas de encontrar lógicas de integração das aprendizagens e do percurso de formação de cada estudante de licenciatura. O curso de formação médica da Universidade de Harvard, *Pathways*, pode ser uma excelente inspiração para pensar a formação dos professores (ver referência bibliográfica no final).

A presença das áreas científicas é muito importante. Não é possível formar um professor de História ou de Matemática (ou de qualquer outra área) sem que esse estudante seja educado no interior da respetiva cultura científica. É por isso que, no caso dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, seria um erro grave retirar os estudantes deste convívio.

Mas é preciso dizer que este conhecimento dos “conteúdos específicos” não é idêntico no caso de um bacharelado ou de uma licenciatura. Um licenciado em Matemática, por exemplo, precisa de ter um conhecimento que, para além das questões técnicas e científicas, incorpore também uma dimensão histórica e epistemológica (*como é que um determinado conhecimento se constituiu ao longo do tempo e quais são os seus limites?*), bem como uma dimensão social e pessoal (*porque é que este conhecimento é importante para as sociedades e para a vida de cada um de nós?*).

A questão tem de ser deslocada da tradicional disputa entre áreas e disciplinas, todos reclamando sempre mais horas para a sua área e para a sua disciplina, para ser recolocada no âmbito de um percurso integrado de formação profissional.

Não é possível, nem desejável, multiplicar disciplinas a partir das lógicas de cada departamento ou de cada professor. Mas é possível construir tempos de discussão e de debate, fortemente articulados com uma análise das práticas pedagógicas, onde estes temas sejam estudados e aprofundados. E é possível que estes temas sejam retomados nas fases de indução profissional e de formação continuada.

Afirmou-se que não é possível formar um professor de História ou de Matemática (ou de qualquer outra área) sem que esse estudante seja educado no interior da respetiva cultura científica. Afirma-se agora que também não é possível formar um professor de História ou de Matemática (ou de qualquer outra área) sem que esse estudante tenha uma relação forte com a cultura profissional docente.

Não se trata de ter mais ou menos disciplinas de “conteúdos científicos”, mais ou menos “disciplinas pedagógicas”. Trata-se, isso sim, de conceber tempos de formação, diretamente relacionados com a análise das práticas docentes, num quadro de alternância, permitindo a aquisição progressiva de uma identidade docente de forma a que cada um construa a sua *posição* no seio da profissão.

Este é o ponto central do projeto do Complexo. Por isso, é fundamental a participação de todos, dentro e fora da UFRJ, construindo uma *comunidade de trabalho* em torno da formação de professores. “Comunidade” no sentido de um grupo de pessoas que, provenientes de diversos lugares (Faculdades, Institutos, Escolas), se

encontram num *trabalho em comum* para valorizar a formação docente, contribuindo assim para um compromisso da Universidade com a escola pública e os seus profissionais.

O reconhecimento da inscrição da docência numa cultura profissional específica implica a superação de antigas e consolidadas dicotomias que disputam a legitimidade da formação desse profissional no âmbito da cultura universitária. Mas essa superação não depende apenas de uma convergência de perspectivas teóricas, mas, sobretudo, da construção de um dispositivo ou mecanismo institucional que contribua para fortalecer esse entendimento.

Em síntese

O Complexo corresponde a um novo arranjo institucional em torno da formação de professores, que constitui ao mesmo tempo um lugar, um conhecimento e uma cultura.

O seu desenvolvimento implica a celebração de um verdadeiro **contrato de formação** entre a UFRJ e as escolas municipais, estaduais e federais.



Um **lugar** de articulação institucional, interna e externa, juntando internamente as pessoas e entidades envolvidas na formação de professores e juntando externamente a UFRJ a um conjunto de escolas municipais, estaduais e federais.

Um lugar de produção de um **conhecimento** profissional docente, isto é, um espaço de análise e de reflexão sobre as práticas pedagógicas, de elaboração de um conhecimento específico da profissão, o que implica um esforço de escrita e de formalização dos saberes que só pode ser feito num “terceiro espaço”, no qual os diferentes atores intervêm com igual dignidade, em situação de paridade.

Um lugar onde se afirma uma **cultura** profissional docente, isto é, onde se reforça o status, o prestígio e a identidade da profissão, conseguindo, assim, que os professores da educação básica assumam também um papel de primeiro plano na formação dos futuros profissionais docentes.

5. Plano de ações a desenvolver

Os debates preliminares sobre o Complexo da Formação de Professores começaram há mais de um ano na UFRJ. No período da minha missão acadêmica, 1 de abril a 1 de novembro de 2017, foi possível aprofundar estes debates e ir construindo uma visão coletiva deste projeto.

Houve inúmeras reuniões e contactos de grande importância para a definição dos contornos do Complexo. Permito-me, no entanto, destacar dois momentos.

5 de outubro de 2017. Reunião que teve lugar na Escola de Formação do Professor Carioca “Paulo Freire”, com a presença de representantes da UFRJ, da secretaria municipal de educação, da secretaria estadual de educação e de escolas federais. Na reunião estiveram presentes o Reitor da UFRJ, Prof. Roberto Leher, e o Secretário Municipal de Educação, Prof. César Benjamin.

Nesta reunião estabeleceu-se um largo consenso em torno da ideia do Complexo da Formação de Professores. Muitas das observações feitas foram integradas neste documento. No geral ficou evidente a existência de fortes vontades políticas e pessoais para avançar com este projeto.

27 de outubro de 2017. Reunião que teve lugar no Centro de Ciências da Saúde, com a presença de grande parte dos responsáveis dos Institutos e Faculdades com cursos de licenciatura. Na reunião esteve presente o Reitor da UFRJ, Prof. Roberto Leher, bem como a Vice-Reitora, Prof.^a Denise Nascimento, e o Pró-Reitor, Prof. Eduardo Serra.

Esta reunião foi muito importante na medida em que se verificou um largo consenso, dentro da UFRJ, quanto à necessidade de uma nova ambição na área da formação de professores. Várias pessoas referiram a necessidade de ultrapassar desconfianças antigas e de construir um novo tempo em torno desta causa.

Tendo em conta o resultado destas duas reuniões, externa e interna, parece-me possível avançar com um Plano de ações a desenvolver com seis pontos principais:

1.º - Discussão

Colocar em discussão interna ou pública as linhas gerais do projeto, no sentido de alargar o debate e de consolidar, nas diversas entidades, uma decisão de participação no Complexo da Formação de Professores.

2.º - Contrato

Celebração de um contrato entre a UFRJ, as secretarias municipal e estadual e as escolas federais, que defina os compromissos e as regras de funcionamento do Complexo, assegurando-lhe estabilidade e continuidade, bem como autonomia de decisão aos diferentes níveis. Este contrato deve prever a nomeação de um pequeno grupo que funcionará como Comissão Instaladora do Complexo.

3.º - Escolha das escolas

Definição de um processo rigoroso de escolha das escolas participantes, levando em linha de conta as opções das secretarias de educação, a existência de um trabalho consolidado entre as escolas e a UFRJ e, sobretudo, uma mobilização clara das direções e corpo docente quanto à vontade de participação no projeto.

4.º - Conselho interno da UFRJ

Constituição de uma forma organizativa na UFRJ, sob a forma de Conselho ou outra considerada mais pertinente, que permita coordenar os esforços internos. Este Conselho deve evitar uma multiplicação de mais burocracias e, por isso, deve ter grande capacidade de decisão. A sua legitimidade será acrescida se a formação de professores for assumida como prioridade no Plano de Desenvolvimento Institucional e a sua capacidade de atuação vai depender, também, da inscrição de uma verba própria no orçamento da UFRJ.

5.º - Visibilidade pública

Logo que os acordos estejam estabelecidos deve haver um investimento importante na visibilidade pública do projeto, tanto dentro da UFRJ (site, etc.) como junto da sociedade do Rio de Janeiro. É preciso ter consciência de que um projeto desta envergadura ganha-se dentro e fora das instituições, numa compreensão pública da sua relevância para o Rio e para o Brasil.

6.º - Práticas de ensino

O início dos trabalhos do Complexo deve iniciar-se por uma reconceptualização das práticas de ensino e do estágio supervisionado, aproveitando um tempo largo que a legislação concede a estas atividades. É preciso reconhecer a qualidade de muito do que se faz, hoje, na UFRJ dando-lhe uma outra dimensão e organicidade no percurso de formação profissional docente.

6. Apontamento final

As perguntas são fáceis de fazer:

- A UFRJ quer assumir a formação de professores como uma das suas grandes prioridades estratégicas?
- As entidades públicas (municipais, estaduais, federais) querem trabalhar em conjunto com a UFRJ neste desígnio?
- É possível, na situação atual do Brasil e do Rio de Janeiro, lançar uma iniciativa exemplar que se possa numa referência no plano nacional e internacional?

As perguntas são fáceis de fazer. As respostas são mais difíceis.

É minha convicção, por tudo o que vi e conversei, que a UFRJ e o Rio de Janeiro, pela sua história, pelo seu património e pela qualidade das pessoas envolvidas com as questões da educação, têm todas as condições para iniciarem um caminho que pode vir a ter grande impacto, não apenas na cidade e no Estado, mas também no conjunto das instituições e das políticas públicas sobre formação de professores.

Uma coisa é certa.

Uma iniciativa desta envergadura só terá êxito se o conjunto da comunidade académica se mobilizar, se os cientistas e as figuras da UFRJ com maior projeção pública derem a cara por este projeto, se as autoridades públicas do Rio, as escolas e os professores abraçarem esta causa com convicção.

O Complexo tem de ser uma construção coletiva dentro da UFRJ e tem de ser capaz de construir as relações externas que permitam o seu desenvolvimento.

É possível que uma experiência deste tipo possa vir a contar com alguns apoios, nomeadamente da CAPES e de outras entidades, nacionais e internacionais.

É necessário, também, que tenha, desde o início, dispositivos sólidos de acompanhamento e de avaliação externa.

Sem a coragem do primeiro passo não há caminho.

7. Referências

HSM – Harvard Medical School. *Pathways*. Boston, MA: HSM, 2015 [<https://hms.harvard.edu/departments/medical-education/md-programs/pathways>].

MEIRIEU, Philippe (2001). *Cahier des charges de la deuxième année en Institut Universitaire de Formation des Maîtres* [<http://www.meirieu.com/RAPPORTSINSTITUTIONNELS/CAHIER%20DES%20CHARGES%20IUFM-2001.pdf>].

NÓVOA, António (no prelo). “Firmar a posição como professor, Afirmar a profissão docente”, *Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)*.

SHULMAN, Lee (2005). *The signature pedagogies of the professions of law, medicine, engineering, and the clergy: potential lessons for the education of teachers*. [http://www.taylorprograms.com/images/Shulman_Signature_Pedagogies.pdf].

ZEICHNER, Kenneth (2010). “Rethinking the connections between campus courses and field experiences in college- and university- based teacher education”, *Journal of Teacher Education*, vol. 61(1-2), pp. 89-99.



António Nóvoa

Rio de Janeiro, 1 de novembro de 2017